

O crescimento da renda per capita média no Brasil foi de 2,6% ao ano, durante todo o século XX. Neste período, o país passou por uma grande transformação econômica, social e demográfica e se tornou um dos 10 maiores países do mundo em tamanho do PIB. Contudo, ocupa o septuagésimo lugar no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e possui uma das maiores concentrações de renda, medida pelo coeficiente de Gini. Em termos de crescimento econômico, as duas últimas décadas do século passado foram as piores. Entre 1981 e 1990 – a chamada década perdida – houve decréscimo da renda per capita e crescimento da pobreza. Depois de uma piora no governo Collor, a renda per capita apresentou crescimento de quase 1% ao ano, na média dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, com pequena redução da pobreza e da desigualdade.

Tendo em referencia este quadro de estagnação econômica e social que caracterizou as últimas duas décadas do século XX, o quinquênio 2004-2008 só pode ser definido como “virtuoso” (Latinobarómetro, 2008<sup>2</sup>). Nestes 5 anos, o Brasil assistiu, em um ambiente democrático e de respeito ao Estado de Direito, ao crescimento médio da renda per capita de 3,5% ao ano (superior aos 2,6% da média do século XX), com redução da pobreza e da desigualdade. A conjugação sincrônica de democracia, crescimento econômico e redução da pobreza e das desigualdades é uma coisa rara na história brasileira. No governo JK, por exemplo, houve democracia e crescimento da renda per capita de cerca de 5% ao ano, mas não redução das desigualdades.

A redução da pobreza foi definida como a meta 1 dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e é um objetivo que vem sendo perseguido pelos governos democráticos que objetivam o crescimento com justiça social. O gráfico 1 mostra o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a linha de pobreza, definida como sendo a metade do salário mínimo e o percentual de pessoas com renda igual ou inferior à linha de indigência ou extrema pobreza, definida como sendo de um quarto do salário mínimo, para o Brasil, entre os anos de 1976 e 2007. Os dados são apresentados somente para os anos em que houve a aplicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – do IBGE. Nota-se que o percentual de pobres no país se manteve em torno de 40% até 1993, com exceção do ano de 1986, quando houve uma redução brusca da pobreza em decorrência do Plano Cruzado, do governo Sarney.

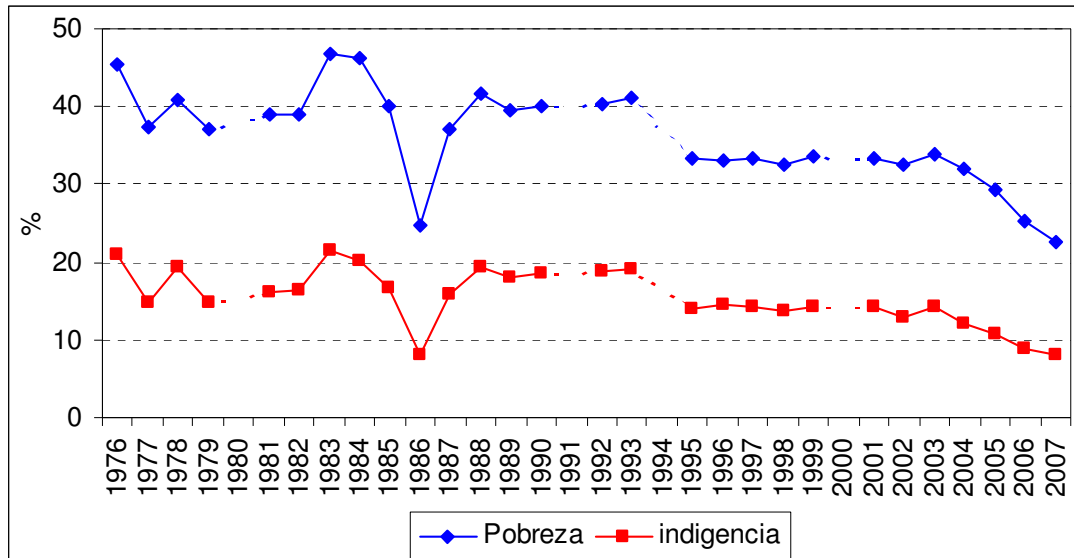
Porém, rapidamente a pobreza voltou aos níveis históricos, isto é, acima de 40%. Uma queda mais consistente aconteceu após o Plano Real, de 1994, nos governos Itamar e Fernando Henrique Cardoso, possibilitando que os níveis de pobreza ficassem pouco abaixo de 35% entre 1995 e 2003. Contudo, a queda mais consistente da pobreza aconteceu nos anos recentes, pois o percentual se encontrava em 34% em 2003, caiu para 32% em 2004 e manteve a queda até atingir o recorde de baixa de 22,7% em 2007. Ainda não foram publicados os dados da PNAD de 2008, mas provavelmente a pesquisa vai confirmar a continuidade da queda da pobreza, pois até a data de referencia da PNAD a desaceleração econômica, em decorrência da crise internacional, não tinha apresentado seus efeitos.

---

<sup>1</sup> Professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE. Tel: (21) 2142 4696 E-mail: [jed\\_alves@yahoo.com.br](mailto:jed_alves@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> LATINOBARÓMETRO, Informe 2008, Santiago de Chile, novembro de 2008

Gráfico 1: Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior as linhas de pobreza e indigência, Brasil: 1976-2007



Fonte: IPEADATA, 2009, com base nos dados das PNADs do IBGE

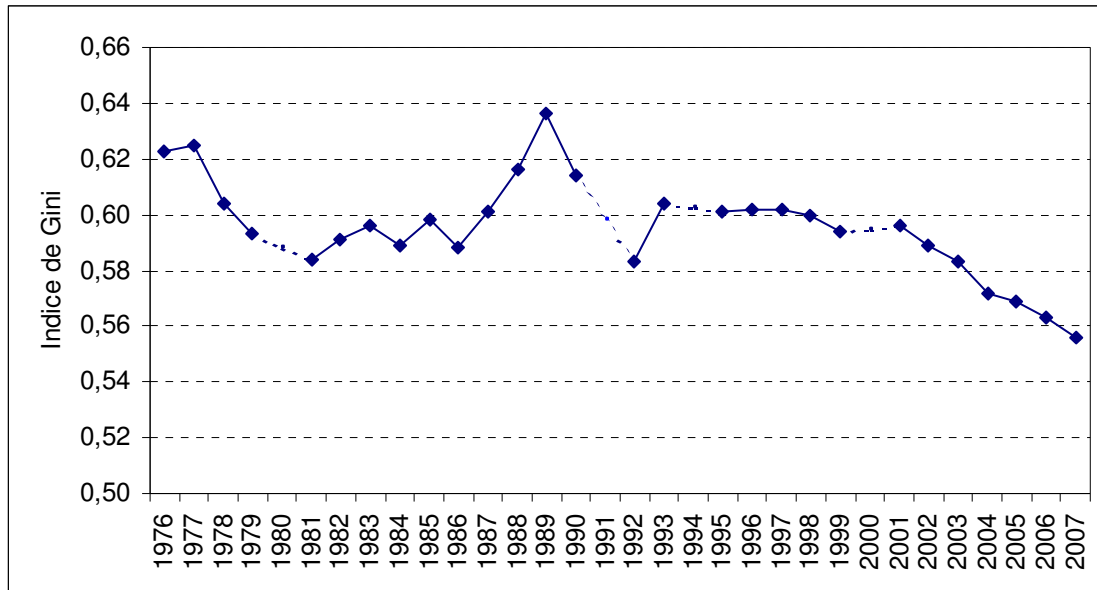
O Brasil sempre foi um país desigual e socialmente injusto, pois herdou do latifúndio e do período da escravidão, prevaente até 1888, uma estrutura populacional marcada pela injustiça e pela exclusão. O crescimento econômico do século XX beneficiou de maneira mais acentuada as parcelas mais privilegiadas da população. O gráfico 2 mostra que o coeficiente de Gini de renda sempre foi muito alto no Brasil e chegou ao nível de 0,64 no final do governo Sarney, em 1989, quando a inflação estava próxima da definição de hiperinflação. Na maior parte das décadas de 1980 e 1990, salvo algumas variações conjunturais, o coeficiente de Gini no Brasil ficou em torno de 0,60. A desigualdade parecia ser um fato permanente da economia brasileira. Contudo, a partir do ano 2001 (quando o coeficiente estava em 0,596) observa-se uma queda contínua da concentração de renda até atingir um coeficiente de 0,556 em 2007, o menor nível desde o início da série.

Outras medidas mostram que a concentração da renda é extremamente alta, embora também apresente tendência de redução. A parcela da renda apropriada pelo estrato de 1% mais rico da população (em torno de 14% da renda total domiciliar) era superior à parcela apropriada pelos 50% mais pobres (em torno de 12%) na segunda metade da década de 1990. Na atual década a parcela apropriada pelo estrato 1% mais rico diminuiu um pouco – de 13,9% em 2001 para 12,5% em 2007 – enquanto subiu a parcela apropriada pelos 50% mais pobres – de 12,6% para 14,7% no mesmo período. Existem indicações que houve redução das desigualdades de gênero, de cor/raça e das desigualdades regionais (mas uma análise destes aspectos fogem ao escopo deste artigo).

Diversos fatores contribuíram para o “quinquênio virtuoso”, como o crescimento da economia internacional que possibilitou que o Brasil aumentasse suas exportações, conseguisse acumular reservas internacionais e elevasse a taxa de investimento em formação de capital. Este crescimento possibilitou a redução do desemprego e o aumento da população economicamente ativa (PEA), especialmente do emprego formal. Um outro fator que atua como substrato para o

crescimento da economia e do emprego, além de contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades, é o “bônus demográfico”, isto é, uma estrutura etária favorável que aumenta o percentual de pessoas em idade economicamente ativa (PIA) e diminui o percentual de crianças, adolescentes e idosos, consideradas dependentes no sentido que tendem a estar fora do mercado de trabalho porque estão estudando ou por aposentadoria.

Gráfico 2: Coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita, Brasil: 1976-2007



Fonte: IPEADATA, 2009, com base nos dados das PNADs do IBGE

Mas além das condições demográficas e do crescimento econômico, as políticas públicas de proteção social também contribuíram para o sucesso do “quinquênio virtuoso”: a) valorização do salário mínimo; b) aumento da cobertura da assistência social via Benefício de Prestação Continuada - BPC/LOAS; e c) aumento da cobertura das políticas de transferência de renda, especialmente o Programa Bolsa Família (PBF). De fato, o salário mínimo teve uma valorização real de 44% entre abril de 2002 e fevereiro de 2009, além da antecipação da data base, sendo que em 2010 o reajuste deve ocorrer no mês de janeiro. Os valores investidos no BPC subiram de R\$ 2,6 bilhões em 2001 para R\$ 13,8 bilhões em 2008, ultrapassando inclusive os recursos investidos no PBF, que passaram de R\$ 3,6 bilhões em 2003 para R\$ 10,6 bilhões em 2008.

Existem dúvidas sobre a capacidade interna do país para manter os investimentos produtivos e humanos. Havendo ou não fôlego interno, infelizmente o ciclo de notícias boas foi interrompido pela crise internacional. Provavelmente teremos crescimento próximo de zero na renda per capita no acumulado dos anos de 2009 e 2010. O impacto da crise sobre a pobreza e a desigualdade, nos próximos dois anos, ainda não está claro, pois, felizmente, as 3 políticas públicas listadas acima continuarão fazendo efeito. A dúvida é se o Brasil terá condições de prosseguir com as tendências do “quinquênio virtuoso” por mais 20 anos, que é o tempo mínimo necessário para transformar o país em uma nação mais próspera e justa.